

Apresentação do Dossiê

Desde a emancipação dos Estados Unidos, iniciada em 1776, até a consolidação desse ciclo de independência nos demais países das Américas e do Brasil findando em 1823, houve a necessidade de se estabelecer a segurança nos mares.

Esta passou a ser ponto central na constituição do urdimento dos países que se iniciavam no processo de estabelecimento de suas soberanias, questões como a liberdade de navegar, comercializar e proteger os recursos tão necessários à manutenção de suas existências, mas também impor-se frente a potências estrangeiras e/ou regionais que começavam a despontar, ou mesmo exercer capacidade de projetar-se também como potência, estavam na ordem do dia.

Da primeira metade do século XIX até o seu fim, o espaço do Atlântico esteve envolto em conflitos contínuos, intervenções e operações navais diversas. A Guerra da Cisplatina, as operações navais nas Repúblicas Unidas do Prata, propaladas pelo Brasil, ou por potências europeias.

A proposta do dossiê é enxergar a constituição, evolução e aplicação do Poder Naval no decorrer do estabelecimento dos Estados Nacionais no espaço marítimo do Atlântico durante parte do século XIX até o início do XX.

Sem cimeiras internacionais para discutir questões de arbítrio, embora a diplomacia fosse muito ativa, a capacidade de projetar força era a regra e por excelência o Poder Naval era a sua maior expressão. O século XIX produziu toda uma geração de pensadores e apologistas do navalismo como Philip Howard Colomb e seu irmão John Charles Ready Colomb, e os grandes teóricos do fim do século, Julian Corbett e Alfred Mahan, cujas reflexões moldariam toda uma concepção de guerra naval nos anos vindouros.

Pragmaticamente, líderes como o presidente da Venezuela, Antonio Guzmán Blanco, que figurou como grande reformador do Poder Naval em seu país na segunda metade do XIX; gestores da capacidade naval que igualmente atuaram de forma pragmática, como Pierre-Barthélémy Portal d'Albarèdes, responsável pelo renascimento da Marinha francesa no período da restauração, criando as bases de uma Marinha forte no Atlântico, a mesma que atuou na Bacia do Prata entre 1838-1840; e o Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade, um dos oficiais navais mais notáveis, foi também um teórico, acadêmico e grande reformador da Armada Real portuguesa com vista à sua evolução técnica.

Passando pelos grandes executores desse poder, entre os quais o Almirante Thomas Cochrane, comandante da primeira esquadra imperial brasileira; o comodoro da US Navy, William Branford Shubrick, que atuou no Paraguai entre 1858-1859; ou o Contra-Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, que tomou o comando da esquadra legalista durante a revolta da armada no Brasil em 1893-1894. Todos tornaram-se referência para a execução de interesses dos países que se constituíam como Estado e Nação.

Não é mistério que o mar sempre representou um caminho para a expansão dos interesses internacionais, pois desde o século XVII um dos maiores aforismas havia sido dito por um navegador que justificava a existência do Poder Naval, Walter Raleigh, que afirmou: "Pois, quem comanda o mar comanda o comércio; quem comanda o comércio do mundo comanda as riquezas do mundo e, conseqüentemente, o próprio mundo."

Embora o Atlântico tenha representado um espaço de expansão desde o século XVI, pela ação de potências europeias, é no século XIX, que a máxima expansão de interesse se fez re-

presentar pela massificação e circulação de forças militares navais, atuando nas guerras de libertação colonial, nas intervenções, em situações de quase guerra, no exercício da diplomacia armada, em exercícios de “levar a bandeira” ou pela simples presença de forças nas estações navais, e esquadras estrangeiras para garantir a segurança do trânsito do comércio marítimo de seus países, em um verdadeiro exercício de força.

O dossiê procurou trazer à tona discussões a partir do olhar de diversos autores de projeção internacional, o que pode representar um caleidoscópio de interpretações sobre o Atlântico como um local rico de compreensão a respeito do Poder Naval no século XIX.

Assim, dentro dessa ótica de possibilidades trazemos o texto do doutor Fábio Neves Luiz Laurentino, DA “BRIGADA REAL DA MARINHA” AO “BATALHÃO DE ARTILHARIA DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO”. CONTRIBUIÇÕES PARA UM ESTUDO DO COMPONENTE HUMANO DA ARTILHARIA E INFANTARIA DE MARINHA NO ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO DESDE 1797 ATÉ 1824: UM OLHAR PARA OS DOCUMENTOS CONTIDOS NO ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA PORTUGUESA, que faz uma análise evolutiva do Corpo de Fuzileiros Navais no espaço de transição da Marinha Portuguesa para a Marinha do Brasil, tomando como ponto de partida um corpo documental primário, a fim de revelar as impressões sobre as experiências dos militares que compuseram a corporação.

O segundo texto nos é abrilhantado pelo doutor Fabio Ferreira com o texto: A ARMADA IMPERIAL E O ESTADO CISPLATINO ORIENTAL NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA DO SUL (1822 – 1824), procura analisar sobre a atuação do Império do Brasil para estabelecer a fronteira sul no Rio da Prata, tomando para isso questões como os rumos da guerra no Norte do Brasil e a relevância das forças navais para a implementação desse projeto.

O doutor Carlos Alves Lopes traz o texto intitulado: A ESQUADRA DE PAPEL - 1894, o estudo traça uma narrativa sobre a complexidade na criação de uma esquadra alternativa, com a finalidade de combater os revoltosos durante a 2ª Revolta da Armada brasileira. O texto expõe ainda quais foram as dificuldades que marcaram a formação dessa força na Marinha do Brasil.

No artigo, INDEPENDENCIA, LIBERTAD Y JUSTICIA! LA MARINE ROYALE FRANCESA Y SU ACTUACION EN LA POLITICA INTERNA DEL RIO DE LA PLATA DURANTE EL BLOQUEO DE BUENOS AIRES (1838 – 1840), a doutora Nancy Gonzalez Salazar, nos fala sobre o papel da Marinha Royale francesa, no decorrer do bloqueio naval imposto ao porto de Buenos Aires em 1838, e sobre o envolvimento desta força naval nas lutas travadas pelo Uruguai e pelas províncias da Confederação Argentina contrárias a Juan Manuel de Rosas.

O doutor Johny Santana de Araújo apresenta um estudo intitulado: NOTAS SOBRE A EXPEDIÇÃO DA MARINHA NORTE-AMERICANA AO PARAGUAI E O EXERCÍCIO DE DIPLOMACIA MILITAR 1858-1859, que trata de uma operação naval executada pela US Navy em um período bastante delicado da formação dos EUA e do próprio Paraguai como Estados Nacionais. A expedição poderia ter resultado em guerra.

Por fim o doutor Germán José Guía Caripe, no texto, EL PENSAMIENTO NAVAL DE LA REGENERACIÓN GUZMANCISTA: RENOVACIÓN Y MEJORAS DE LA ARMADA NACIONAL (1873-1876), nos revela sobre toda a política de renovação da Armada Nacional da Venezuela, sob os auspícios do governo do presidente Antonio Guzmán Blanco, que promoveu amplas transformações que beneficiariam o desenvolvimento de uma consciência marítima e de defesa nacional.

A todos uma excelente leitura

Prof. Dr. Augusto Antônio Alves Salgado
Prof. Dr. Johny Santana de Araújo